

PESQUISA CUT/VOX POPULI LULA MANTÉM UMA DIANTEIRA FOLGADA, BOLSONARO CONTINUA ISOLADO EM SEGUNDO LUGAR, OS TUCANOS SOÇOBRAM E LUCIANO HUCK ESTREIA COM MEROS 2% DE CITAÇÕES

+OI
Masp, 70 anos:
COMO PRESERVAR
ESTE LEGADO
Pág. 55

CartaCapital

cartacapital.com.br

EDITORIA
CONFIANÇA



O FUTURO DO BRASIL

COM A REFORMA TRABALHISTA, O GOVERNO APOSTA NA ECONOMIA PRIMITIVA BASEADA NO ARROCHO SALARIAL E DÁ AS COSTAS AOS AVANÇOS DO MUNDO

MINOCARTA OS QUADRILHEIROS JÁ PREPARAM O GOLPE DENTRO DO GOLPE, ENQUANTO LUIGI FERRAJOLI PROVA A ILEGITIMIDADE DO IMPEACHMENT E DA CONDENAÇÃO DE LULA

experiência fracassada dos anos 1990, que o caminho para o crescimento do Brasil não foi impossibilitado pelo padrão de regulação trabalhista. “Apesar do avanço da terceirização e de formas atípicas e ilegais de contratos de trabalho, a taxa média de crescimento econômico superou a dos anos 1980 e 1990, criando um contexto de progressiva redução da desigualdade, da miséria e da exclusão social. O emprego formal cresceu de modo mais significativo nas regiões mais pobres e pouco industrializadas, com os impactos positivos de políticas sociais e de desenvolvimento. Em algumas metrópoles, a economia aproximou-se do pleno emprego em 2014, situação claramente alcançada para o conjunto do País pelo menos para a população ativa com 50 anos ou mais.”

Por mais que se negue, a desestruturação do mercado de trabalho concentra-se no período de 1997 a 2002, assim como a sobrevalorização cambial e os impactos mais profundos da abertura comercial e das privatizações e concessões, e essas condições foram, no conjunto, devastadoras para a economia e a sociedade brasileiras. Ao contrário do prometido na época, a flexibilização das relações de trabalho e o crescimento da subcontratação e da terceirização não geraram empregos nem melhoraram os salários, diagnosticam os economistas do Cesit. Qualquer semelhança com o momento atual não é coincidência, restabelece, tão somente, a continuidade da mesma política.

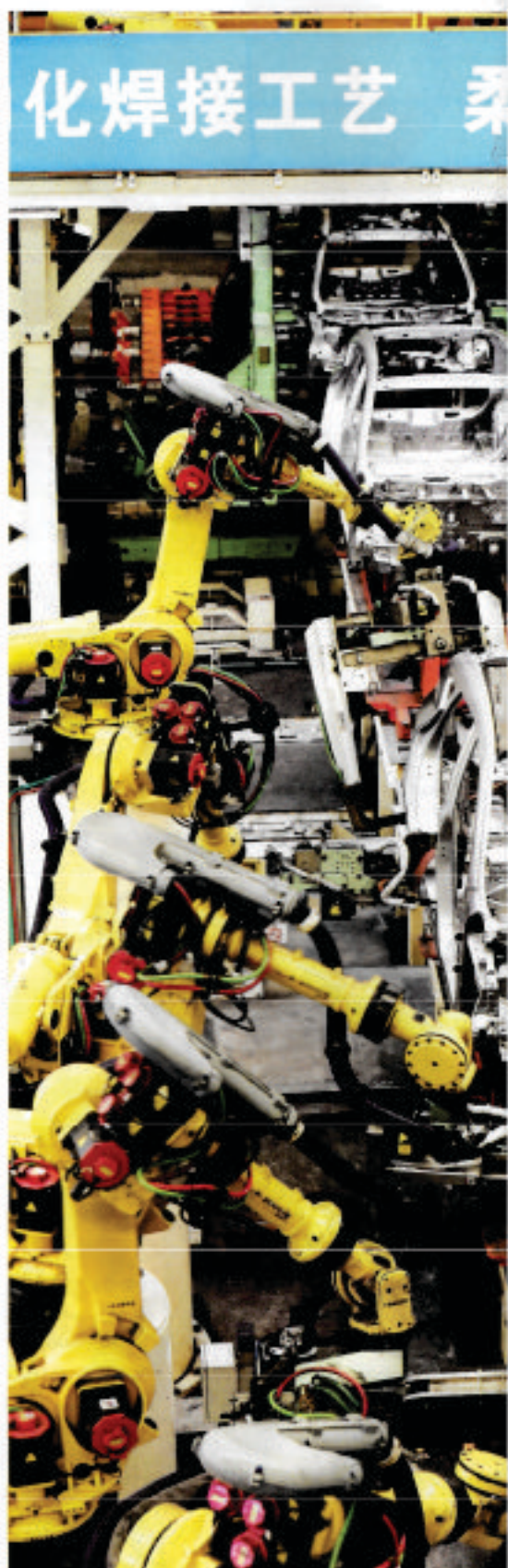
Entre 1995 e 2002, a taxa anual de desemprego total passou, na Região Metropolitana de São Paulo, de 13,2% para 19,0% e a taxa de desemprego aberto no País alcançou 10,5% no fim daquele período. “Nesse processo, ficou evidente a inexistência de relação entre as medidas de flexibilização e de redução dos encargos sociais com a prometida, mas não cumprida, melhora na geração de empregos, na formalização de vínculos

trabalhistas e na elevação dos salários”, destacam os pesquisadores.

Nos anos 1990, o País teve a menor taxa média anual de crescimento desde a década de 1930. Como a taxa de câmbio tem também relação direta com o custo do trabalho em dólares, referência para a competitividade internacional, “a forte valorização da moeda nacional entre 1994 e o início de 1999 elevou o custo dos salários, gerou um déficit insustentável na balança comercial, favoreceu o sistema financeiro nacional e internacional e levou o Brasil a um brutal endividamento externo e a uma crise externa, com nova submissão do País aos ditames das políticas de ‘ajuste’ recessivo impostas pelo FMI a partir de 1998”, sublinham os pesquisadores. Após a desvalorização cambial, acrescentam, esse custo caiu verticalmente, chegando, em 2003, ao menor patamar desde 1989. Em 2006, quando a moeda brasileira voltou a se valorizar, ainda era inferior àquele do início dos anos 1990. As privatizações representaram uma forte elevação dos custos de energia elétrica e transportes para as empresas. A persistência, em 2017, da sobrevalorização do real e a retomada das privatizações indicam nova escalada de custos para as firmas.

Mesmo com os avanços no mercado de trabalho e nas condições de vida de dezenas de milhões de brasileiros nos governos Lula e Dilma, observam os pesquisadores, o salário por hora da indústria no Brasil, segundo dados do Euromonitor, era menor em 2016 do que em 2005. Na

**O MUNDO
AVANÇADO SEGUE
O EXEMPLO DA
CHINA, ENQUANTO
O BRASIL OPTA
PELA COMPETIÇÃO
ESPÚRIA**

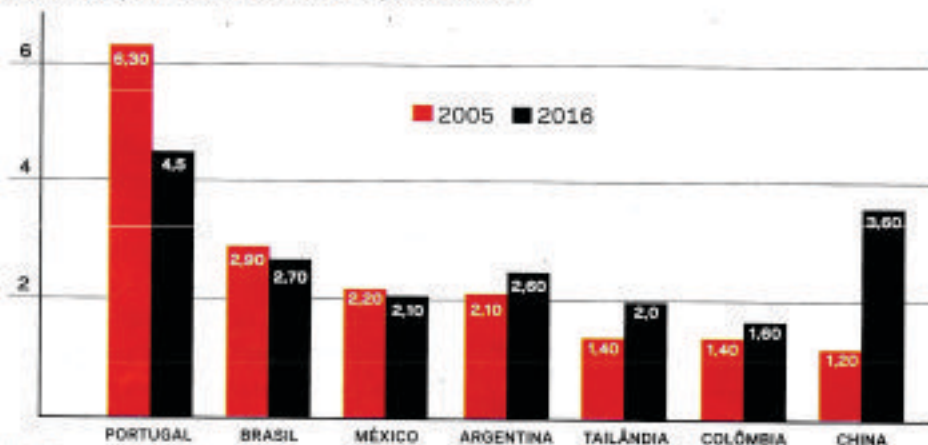


A fabricação de roupas e o dinheiro remetido por residentes no exterior sustentam o crescimento de Bangladesh, com salário médio mensal líquido equivalente a quatro quintos do brasileiro



O TRABALHADOR CHINÊS JÁ GANHA MAIS QUE O BRASILEIRO

Salários por hora na indústria, em dólares



Fonte: Eurononitor

nas discussões nem a aplicar no Brasil, conforme revelou esta *CartaCapital*.

Enquanto as três potências renovam seu poder industrial, procuram manter posições dominantes na nova divisão de trabalho e dão rumo à economia global, as propostas do governo brasileiro centradas na ideia de ganhos de competitividade por meio de reformas no mercado de trabalho e na estrutura de proteção social revelam uma dimensão regressiva, em se tratando de um país continental, analisam os economistas do Cesit. "Indicam uma estratégia limitada de inserção nas cadeias globais de valor, pois fundada em atividades ligadas

É O FIM DA LINHA

A REFORMA TRABALHISTA PRIORIZA A COMPETIÇÃO EXTERNA EM SETORES MAIS PRIMITIVOS DA ECONOMIA E PÕE EM XEQUE O MERCADO INTERNO

por CARLOS DRUMMOND

Colocada em prática, a reforma trabalhista do governo Temer deixará a economia brasileira parecida com a dos anos 1990, caracterizada por ausência de desenvolvimento e aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, efeitos estes agravados nos últimos três anos pela combinação de austeridade e recessão. Repetir essa experiência já será ruim, mas o resultado tende a ser ainda pior do que o do período FHC, dado o contexto complicado no País e no mundo.

O aprofundamento do estrago neoliberal no Brasil está descrito no texto "Desenvolvimento, competitividade e reforma trabalhista", dos economistas Anselmo Luis dos Santos e Denis Maracci Gimenez, parte do projeto de pesquisa sobre o tema realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp (Cesit), divulgado no sábado 11.

A reforma trabalhista do governo brasileiro incide no pleno acirramento da

concorrência internacional e em meio a uma revolução da tecnologia e das atividades produtivas que redefinem o padrão de competitividade entre os países e resultam em uma nova divisão internacional de trabalho, sublinham os economistas. Nessa transformação múltipla, cabe acrescentar, os Estados Unidos e a Alemanha procuram assegurar posições dominantes e para isso tratam de recuperar o terreno perdido na indústria para a China, nas últimas décadas.

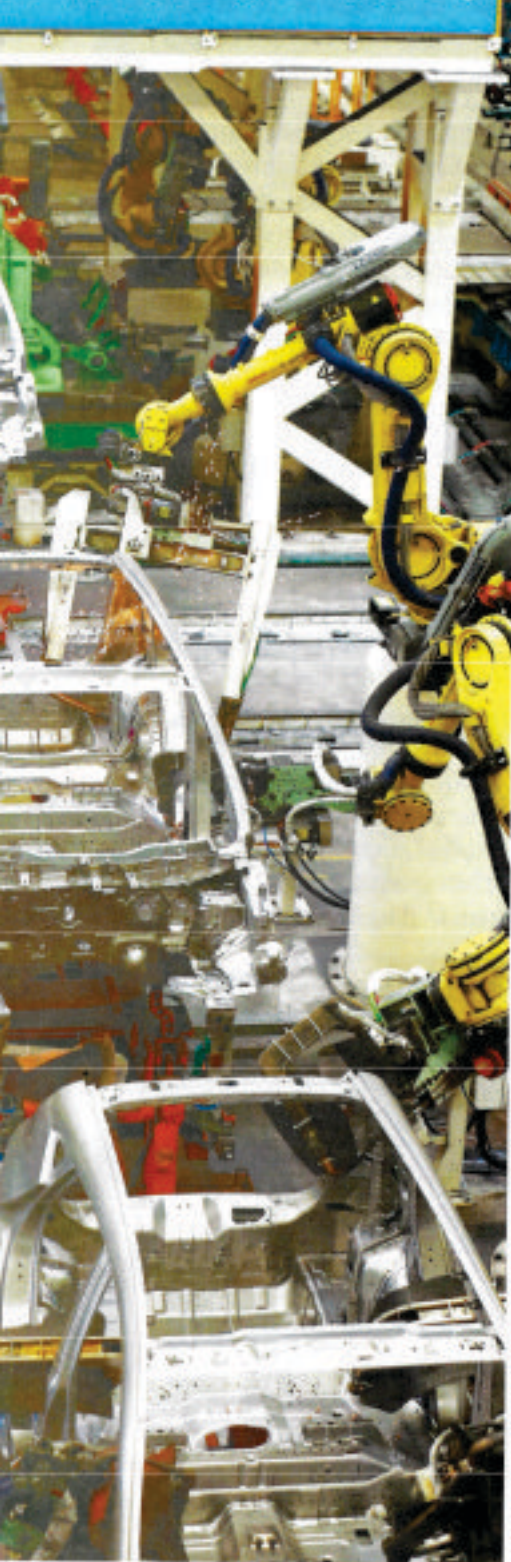
Deve-se lembrar também que foi a partir da manufatura, desprezada no Brasil, que aquele país oriental cresceu perto de 10% ao ano nos últimos 30 anos, retirou

centenas de milhões da pobreza e se transformou na segunda economia do planeta. Os Estados Unidos, que há décadas permitiram o deslocamento das suas fábricas para a China, iniciaram em 2011 o programa nacional "manufatura avançada". A Alemanha, onde a indústria costuma ser tratada com a devida importância, mas transferiu também plantas industriais para Xangai e outras cidades chinesas, começou naquele mesmo ano a reformulação profunda denominada "Indústria 4.0".

A designação refere-se à combinação da indústria tradicional com internet das coisas, robótica, inteligência artificial, novas formas de comunicação, "Big Data", aprendizado das máquinas e outros desenvolvimentos. O processo representará uma mudança de paradigma na sociedade, com fortes impactos na produção industrial. A postura das autoridades brasileiras em relação a essa temática, que agita o debate sobre a economia mundial, chega a ser constrangedora. O governo claramente menospreza o assunto, a ponto de se fazer representar em eventos internacionais recentes sobre a Indústria 4.0 por funcionários de terceiro escalão que nada tinham a dizer

O PAÍS DISPUTARÁ COM BANGLADESH, PAQUISTÃO, INDONÉSIA E VIETNÃ, QUE TÊM RETAGUARDA CHINESA

性化生产模式



Os Estados Unidos e a Alemanha revitalizam sua indústria para recuperar o tempo perdido diante da China, enquanto o governo esfaca a Petrobras, a Eletrobras, o BNDES e a Caixa

comparação com Portugal, a diferença era ainda menor do que em 1993. Situava-se quase no mesmo nível observado na Argentina e pouco acima do constatado em países menos industrializados como México, Tailândia e Colômbia. “De forma impressionante e exemplar, o salário por hora já era menor no Brasil do que na China, país cuja estratégia bem-sucedida de desenvolvimento, ao contrário do que se propaga como estratégia de luta ideológica, não teve por base os baixos salários, mas políticas muito mais complexas e sofisticadas no contexto da globalização”, chamam atenção os economistas.

A experiência brasileira, prosseguem, mostra que nem a suposta rigidez do mercado de trabalho nem a regulação trabalhista garantida pela CLT impediram, em nenhum momento, o crescimento econômico, a geração de empregos, o incremento da produtividade e da competitividade. Tampouco foram afetados negativamente os lucros dos proprietários e os ganhos dos rentistas.

O resultado das reformas trabalhistas recentes em outros países sugere que o governo brasileiro deveria ser mais prudente e comedido em vez de impor mudanças no setor da noite para o dia. “Em todos os países investigados, as reformas trabalhistas falharam integralmente em cumprir seus objetivos. Não há evidências de que a flexibilização resulta em aumento do nível da ocupação e em menores taxas de desemprego. Ao contrário, fartos elementos demonstram que a redução da proteção ao emprego resultou em crescimento dos empregos precários, aumento da desigualdade e agravamento da segmentação no mercado de

trabalho”, revela a parte da pesquisa coordenada pelo economista Carlos Salas.

O caso espanhol é paradigmático: após mais de 50 reformas trabalhistas desde 1980, apresenta elevado desemprego e um mercado de trabalho radicalmente desorganizado para os padrões dos países desenvolvidos. “Um sacrifício imenso da sociedade, acentuado com a deterioração da estrutura produtiva e a desorganização do mercado na crise de 2008”, destaca o trabalho.

“Mesmo o exemplo de sucesso europeu, o do chamado ‘milagre do emprego alemão’, foi em larga medida baseado no crescimento dos contratos atípicos: mais de 60% dos empregos criados entre 2000 e 2015 estão nas categorias de contratos temporários, contratos de prazo fixo, pequenos serviços ou trabalho de 20 horas por semana (meio período). E trata-se da economia mais forte do continente”, destacam os autores do levantamento. No Reino Unido, prosseguem, depois de várias rodadas de reformas de um mercado de trabalho já pouco regulado, o período posterior a 2008 revelou uma mudança evidente para as formas atípicas de contratação. Dos mais de 2 milhões de empregos criados entre 2008 e 2017, quase 50% são autônomos e cerca de 30% envolvem os chamados “contratos zero hora”. Em resumo, 80% dos empregos criados no período o foram sob contratos atípicos.

A reforma trabalhista, concluem os economistas do Cesit, não tem o poder de trazer o crescimento de volta, fragilizará ainda mais um mercado interno de dimensões continentais e ampliará a dependência do mercado externo em um contexto de radicalização da concorrência em escala global, fundada no poder das grandes corporações. Além disso, conseguirá a proeza de não enfrentar “nenhum dos problemas relativos ao desenvolvimento brasileiro, à competitividade da economia nacional... não encaminha resolução satisfatória para os protagonistas atingidos, a saber, trabalhadores, empresários e governo”. •

à produção de alimentos, bebidas, têxteis e calçados, entre outros. Isso significa que o governo considera prioritário o País participar do processo de concorrência global em setores produtivos menos dinâmicos e tecnologicamente mais precários, intensivos em mão de obra, diante de competidores estabelecidos – em geral, asiáticos periféricos – com uma estrutura econômica e social mais ajustada à concorrência nesses segmentos.”

A reforma mostra, portanto, que o governo deu ênfase à competição nos segmentos “mais primitivos”, em que os salários têm grande peso no preço final dos produtos. Optou por concorrer diretamente com Bangladesh, Vietnã, Indonésia, Paquistão e semelhantes. Só que há um problema na estratégia adotada. Esses países têm tradição mundial estabelecida naquele segmento de bens e estão articulados ao poder produtivo concentrado na China. Será, portanto, uma nação sul-americana enfrentando uma espécie de bloco asiático. Nas atuais condições da concorrência internacional, dizem os pesquisadores, “a orientação escolhida impõe a necessidade de radicalização de uma estratégia de ‘competitividade espúria’, o que colocaria em xeque a organização econômica e social do País e a própria potência de um mercado interno de dimensões continentais”. A “competitividade espúria”, conforme define a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) da ONU, é aquela centrada em baixíssimos salários e produtos de reduzido valor agregado.

Supor que ao Brasil só resta essa alternativa é incorrer em erro ciclópico. A opção econômica manifesta na reforma trabalhista, entre outras encaminhadas pelo governo, situa-se muito aquém do potencial do País que, no início dos anos 1970, chegou a ter uma indústria com praticamente o mesmo perfil estrutural daquele dos países desenvolvidos. Na condição atual, entretanto, “o



Só a industrialização plena rompe a divisão de trabalho e mantém os subdesenvolvidos em posição subordinada, ensina Furtado

protagonista de primeira grandeza dos processos de industrialização no século XX, exemplo de sucesso no que se refere à integração de uma economia periférica ao mundo do pós-Guerra sob o padrão da segunda Revolução Industrial, mostra-se paralisado diante dos brutais desafios competitivos atuais da economia global”, diagnosticam os economistas.

Errada nos seus pressupostos quanto à situação da economia mundial, conforme descrito acima, a reforma despreza evidências da total compatibilidade entre crescimento, melhora das condições

sociais da população e elevação dos salários. É o que indicam os resultados do passado recente, mostra a parte da pesquisa sobre o mercado de trabalho, coordenada pelo economista Marcelo Manzano.

O ciclo de prosperidade econômica que se estendeu de 2004 a 2014, acompanhado de uma importante dinamização do mercado de trabalho, teve efeitos muito positivos sobre os estratos mais pobres da população e os assalariados em geral. “Durante essa rara etapa de crescimento econômico com democracia, talvez as conquistas mais importantes tenham sido o aumento do emprego formal e a elevação dos salários reais. O Brasil, a despeito das adversidades decorrentes da globalização financeira, demonstrou ainda ser possível avançar na melhor estruturação do mercado de trabalho e ao mesmo tempo elevar os padrões regulatórios, expandir empregos, aumentar salários e reduzir a informalidade.” Na vigência plena do arcabouço regulatório que é hoje alvo declarado da reforma trabalhista, nos 12 anos que separaram o último ano do governo FHC e o último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff, ou seja, entre 2002 e 2014, foram gerados no País 19,8 milhões de ocupações adicionais (1,65 milhão ao ano), o que correspondeu a uma variação positiva de 25%, contabilizam os pesquisadores.

No mesmo período, é importante destacar, o conjunto de trabalhadores informais diminuiu de 55,8% para 41,2% e entre os assalariados a informalidade caiu de 39,6% para 29,2%, movimento que ocorreu também no segmento de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria e empregadores, com a formalização de assalariados pelo registro em carteira, o aumento do número de

**A DECISÃO
DE COMPETIR
EM VESTUÁRIO,
CALÇADOS E
ALIMENTOS
IMPLICA PAGAR
SALÁRIOS
BAIXÍSSIMOS**



No Paquistão (acima), o salário mensal é metade do brasileiro e no Vietnã equivale a um terço, portanto, só com forte arrocho salarial o País teria chance na concorrência com ambos

contribuintes da Previdência Social e dos registros de empresas. “Tudo isso ocorreu num contexto de expressiva elevação do valor real do salário mínimo e dos salários em geral, processo que se estendeu até 2014, apesar de uma das maiores crises do capitalismo mundial entre 2008 e 2009”, chamam a atenção os economistas.

Mesmo com a manutenção de elevadas taxas de juro, do câmbio valorizado e da estrutura tributária anterior, a retomada do crescimento econômico e a implementação de importantes políticas sociais, industriais, creditícias, tecnológicas e de desenvolvimento deixaram ainda mais claro, inclusive pelo contraste com a